

**RELATÓRIO**

# Missões pelo Direito à Água e ao Saneamento

**BELÉM**



**2024**

# *Relatório Missões Pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização Belém*



As Missões Pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização ocorreram na cidade de Belém, com envolvimento dos seguintes parceiros e aliados

Fórum Nacional de Reforma Urbana  
Movimento Tucunduba Pró-Lago Verde  
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)  
Coletivo Mirí<sup>1</sup>  
Observatório das Metrópoles  
Mandí<sup>2</sup>  
União Nacional por Moradia Popular (UNMP)  
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU)



**2024**

# ficha técnica

**Habitat para Humanidade Brasil**

**Diretoria Executiva**

Socorro Leite

**Gerência Nacional de Incidência Política**

Raquel Ludermir

**Coordenação de Articulação e Incidência Política**

Auta Azevedo

**Assessoria de Incidência Política**

Marina Cysneiros

Adnamar Santos

**Coordenação de Comunicação Institucional**

Débora Britto

**Assessoria de Comunicação para Incidência Política**

Ju Motter

**Relatora Responsável pela Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento - Recife**

Yasmin Rodrigues

Analista de Pesquisa e Incidência Política Habitat para a Humanidade Brasil

**Colaboração**

Érika Moreira

**Revisão Técnica**

Yasmim Pamonet Sá

**Fotografias**

Hugo Chaves

**Diagramação**

Renata Macêdo

Como citar: HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. **Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento: Belém.** Habitat Para a Humanidade Brasil: Brasil, 2024

# sumário

<b>Missões pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização - Belém</b>	<b>05</b>
<b>Água é um direito, saneamento é o básico!</b>	
<b>1. Belém</b>	<b>06</b>
<b>2. Comunidade Água Cristal - Marambaia</b>	<b>07</b>
<b>3. Tapanã</b>	<b>09</b>
<b>4. Terra Firme</b>	<b>11</b>
<b>5. Expedição pelo Rio Tucunduba</b>	<b>12</b>
<b>6. Recomendações</b>	<b>14</b>
<b>Referências</b>	<b>15</b>

## **Missões pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização - Belém**

### **Água é um direito, saneamento é o básico!**

Nos dias 6, 7 e 8 de junho de 2024, a cidade de Belém recebeu a Missão Pelo Direito à Água e ao Saneamento, que visitou três bairros (Marambaia, Tapanã e Terra Firme), além de ter realizado uma reunião com o Núcleo de Moradia da Defensoria Pública do Estado do Pará (NUDEMOR/DPPA) e uma expedição ao Rio Tucunduba, organizada pelo Coletivo Mandí. Essa missão foi construída coletivamente por uma rede de 7 organizações: Movimento Tucunduba Pró-Lago Verde, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Coletivo Mirí, Observatório das Metrópoles, Coletivo Mandí, União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU).

A metodologia utilizada pelas missões adapta à realidade brasileira o perfil de missões de relatoria do Sistema ONU, identificando os pontos críticos de cada comunidade em relação a determinada temática. A Comitiva Nacional de Incidência Política da Habitat para Humanidade Brasil coordenou os trabalhos de campo e, por meio deste documento, torna pública a sistematização dos dados produzidos em colaboração com todos e todas presentes.

O objetivo deste relatório é tornar visíveis os desafios enfrentados pelas populações locais, bem como as mobilizações políticas comunitárias pelo direito à água, ao saneamento e à higiene, e propor recomendações que convoquem os gestores públicos a se empenharem na mitigação dos danos causados pela ausência da garantia de direitos nos territórios vulneráveis. A luta pelo direito ao saneamento básico<sup>1</sup> orientou a seleção dos territórios e, em cada um deles, foi possível promover rodas de conversa, conhecer a história local por meio da narrativa dos habitantes, visitar as residências, produzir registros fotográficos e realizar caminhadas guiadas pelos moradores e moradoras.

Este relatório foi dividido em cinco seções, sendo a primeira dedicada a um panorama sobre a situação da água e do saneamento na cidade de Belém, enquanto as demais foram divididas por território/atividade para agruparem a descrição das violações de direitos à água e ao saneamento verificadas. Por fim, foram sistematizadas recomendações para o poder público, com o objetivo de reverter o quadro de violações e construir espaços de fortalecimento da democracia.

<sup>1</sup> Saneamento básico é o conjunto de políticas públicas de acesso a água, saneamento e higiene, considerando coleta de lixo, drenagem fluvial, presença de banheiros de uso exclusivo nas residências, água encanada e de boa qualidade e esgotamento sanitário.

## 1. Belém

A cidade de Belém tem uma população de 1.303.403 pessoas. Nela, há 169.193 domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto, o que afeta 527.006 pessoas, além de 100.249 domicílios sem abastecimento de água, onde vivem 303.102 pessoas, 4.152 domicílios sem banheiro, onde vivem 10.711 pessoas, e 11.503 domicílios sem coleta de lixo, onde vivem 35.739 pessoas (IBGE, 2022).

Tabela 1 – Caracterização dos domicílios de Belém

Domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto	Domicílios sem abastecimento de água	Domicílios sem banheiro de uso exclusivo	Domicílios sem coleta de lixo
<b>169.193</b>	<b>100.249</b>	<b>4.152</b>	<b>11.503</b>

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração Habitat para a Humanidade Brasil

Belém possui o 7º pior indicador de saneamento do Brasil, de acordo com o Ranking do Saneamento (Instituto Trata Brasil, 2024), o que é ainda mais alarmante em uma cidade que possui [14 bacias hidrográficas](#) (BELÉM, 2014).

A capital foi escolhida para sediar a Conferência Oficial das Partes (COP), que é o encontro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o qual ocorrerá em novembro de 2025, reunindo representantes de dezenas de países a fim de discutirem soluções para os problemas ambientais.

Os governos federal, estadual e municipal, bem como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Itaipu Binacional<sup>2</sup>, juntos, empenharam [5 bilhões de reais em obras para a cidade receber o evento](#) (EXAME, 2024), investimento que parece não ter alcançado as estruturas subterrâneas com redes de esgoto e abastecimento de água, já que, em todos os territórios visitados por esta missão, os problemas se repetem: quando há água nas torneiras, é de péssima qualidade, com cheiro, cor e sabor, e o esgoto forma verdadeiras fossas a céu aberto, de modo que as construções são feitas acima do nível do água contaminada, em palafitas urbanas.

<sup>2</sup> A Itaipu Binacional é uma empresa de fornecimento de energia elétrica e construiu a maior hidrelétrica do país, no Paraná, na fronteira com o Paraguai, tendo sido alvo de diversas denúncias, inclusive do Ministério Pùblico Federal, por [violar direitos do povo Avá-Guarani](#) (MPF, 2019). Até hoje, uma disputa jurídica tramita no [Supremo Tribunal Federal](#) (YVYRUPA, 2023), por meio Ação Civil Originária 3555, já que a população, formada por um grupo de mais de 4 mil indígenas, foi negativamente afetada pela construção da usina.

Ao ouvir a população, transitar pelos territórios e entrar em algumas casas, os participantes da missão puderam perceber o tamanho do desafio que as periferias de Belém enfrentam no cotidiano, com ênfase nas mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. As mulheres, financeiramente sobre carregadas pela manutenção da família, precisam, ainda, comprar água mineral quase diariamente para prevenir doenças de transmissão hídrica em seus filhos; as crianças não conseguem ir para a escola quando há chuvas intensas e alagamentos tomam conta das ruas; os idosos e as pessoas com deficiência, da mesma forma, ficam com a mobilidade comprometida dentro de seus próprios bairros.

## 2. Comunidade Água Cristal - Marambaia

A comunidade Água Cristal, que fica no bairro Marambaia, na Zona Norte da cidade de Belém, tem cerca de 5 mil habitantes e luta há 38 anos por regulamentação fundiária. No início, segundo contou Érika, que cresceu na Marambaia, havia um rio de águas cristalinas que deu nome ao lugar. Atualmente, esse rio é canalizado e recebe dejetos dos moradores e de outras regiões da cidade: “antigamente, as passagens pelo rio só existiam por meio de troncos de açaizeiro. A gente conviveu com um lindo rio chamado água cristal, que agora virou um esgoto a céu aberto”, segundo a entrevistada. A omissão histórica do Estado na promoção de políticas públicas de saneamento e tratamento de esgoto se refletem, hoje, no olhar nostálgico dos moradores para o rio que, um dia, lhes serviu como local de lazer e pesca.

Há uma memória coletiva em relação à construção da comunidade, que parte do uso de caroços de açaí para o calçamento das ruas. O material orgânico foi utilizado como base para a formação dos caminhos para as pessoas andarem a pé e é uma verdadeira aula sobre como a formação comunitária se deu em uma relação integrada com o meio ambiente, e não em oposição a ele: “minha avó era batedora de açaí e aquele caroço que sobrava, ao invés de jogar fora, ela juntava, e foi com isso que as primeiras ruas foram calçadas aqui”, contou Érika. Ela revelou que, na infância, como não havia área de lazer, o rio era o espaço onde as crianças podiam brincar. Ou seja, o ecossistema foi parte da sociabilidade das pessoas do lugar.

Seu Miguel, um dos moradores mais antigos da comunidade, conta que “havia muitas árvores aqui, tinha sombra. Agora, não tem uma árvore mais. Cada obra que eles foram fazendo, foram tirando”.

O morador se refere às obras de asfaltamento que, além de desmatar, não produziram efeito real sobre a infraestrutura do bairro, já que ainda há alagamentos e a drenagem pluvial urbana não é suficiente ou não existe em determinados pontos. Além disso, a rede de esgoto não foi construída, deixando todos os dejetos passando pelas canaletas públicas nos cantos das ruas: “asfaltar fica bonito por cima, mas e por baixo? Para onde vai nossos resíduos?”, questionou o entrevistado.

Figura 1 – Comunidade Água Cristal



Fotografia: Hugo Chaves. Acervo Habitat Brasil

Um dos moradores mais antigos da comunidade, Seu Miguel ressaltou, ainda, uma contradição aparente – que também saltou aos olhos dos integrantes da missão: “aqui a gente tem muita água, mas não tem água para beber. Tem que comprar água mineral se não quiser que o organismo sofra as consequências”. Além de pontuarem a questão das doenças de veiculação hídrica, como diarréias e h-pylori, os moradores relataram que a condição da água é tão insalubre que, por vezes, não é possível sequer tomar banho ou mesmo lavar as roupas. O entrevistado seguiu contando que “os canos passam dentro das valas, então, quem garante que não contaminou aquela água?”. A falta de infraestrutura básica para o abastecimento e para o saneamento faz com que os canos improvisados fiquem expostos aos dejetos e qualquer microfissura é suficiente para a contaminação.

Mesmo em péssimas condições, a água é cobrada e o valor é alto. Uma tarifa social foi implementada por 2 anos, no valor de 21 centavos, segundo relatos. Depois desse período, as contas passaram a custar 190 reais, o que se soma, na prática, aos custos com água mineral. Rose, que fez esse

relato, contou que gasta, em média, de 8 a 10 reais em cada galão de água, precisando comprá-los três vezes por semana, o que se transforma em um montante de 120 reais por mês. No total, a moradora gasta, em média, 310 reais mensais para ter acesso à água. Observa-se que os altos custos, sejam eles diretos, por meio de cobranças abusivas pelas empresas ou companhias públicas, sejam eles indiretos, promovidos pela má qualidade da água fornecida, que obriga os moradores a comprarem água mineral, violam o direito humano à água.

### 3. Tapanã

O bairro Tapanã fica localizado entre a Avenida Augusto Montenegro e a Rodovia Arthur Bernardes, que cortam diversas regiões da cidade de Belém e possuem, ao longo do percurso, alguns condomínios de luxo. A realidade do Tapanã, entretanto, destoa bastante dos arranha-céus e seus moradores convivem com problemas históricos. Além da falta de água potável, de saneamento e de infraestrutura de mobilidade dentro do bairro, com muitas casas de palafitas sobre o esgoto, há ainda a violência urbana, que acentua profundamente as dificuldades cotidianas. Durante a escrita deste relatório, [um policial foi morto](#) durante um confronto (G1, 2024) e o cenário não é novo: o bairro ocupou os noticiários em 2018 após uma [chacina](#) que deixou 10 mortos (TERRA, 2018).

Figura 2 – Tapanã



Fotografia: Hugo Chaves. Acervo Habitat Brasil

As políticas de morte são parte da gestão pública do território de muitas formas: diretamente, pela letalidade policial e pelos confrontos armados, e indiretamente, pela ausência de infraestrutura de saúde, mobilidade, esgotamento sanitário e tratamento da água. Caminhar pelo bairro é difícil em alguns momentos, sobretudo na parte alagada, conhecida como Bairro da Fé, onde ficam as palafitas. A água do canal é conhecida pelo potencial de contaminação e outro morador, conhecido como Careca, disse que “se colocar a mão, dá uma bactéria tão forte que a unha não cresce mais. A gente já viu acontecer várias vezes aqui”.

Figura 3 – Tapanã



Fotografia: Hugo Chaves. Acervo Habitat Brasil

Segundo Seu Imar, também morador da localidade, há pessoas que vivem sem água no local há mais de um ano. O professor de capoeira, que também vive em uma palafita, explicou que a ponte que dava acesso à comunidade pelo Canal do Mata Fome não existia e, com muita luta comunitária, a prefeitura construiu, mas o que era para resolver um problema, criou outro. Segundo ele: “quando colocaram a estaca da ponte do canal do Mata Fome, pegou no cano e, com isso, perdemos o cano geral e a gente tem uma rua que está sem água há mais de um ano”.

## 4. Terra Firme

A comunidade, que começou a ser ocupada por volta de 1940, antes, era uma área alagada, por onde passavam igarapés dos rios Tucunduba e Lago Verde. As casas foram sendo construídas com palafitas, mas, aos poucos, segundo Dona Maria Nazaré, os moradores foram sedimentando o chão com caroços de açaí – prática bastante comum nas comunidades que visitamos. Com o tempo, os caminhos foram aterrados e, hoje, os rios margeados pela comunidade são canalizados, recebem os dejetos dos moradores e de outras regiões da cidade e são impróprios para banho. As palafitas deram lugar à alvenaria, mas a infraestrutura continuou bastante precária e os moradores precisam optar pelo risco de contaminação por doenças de veiculação hídrica ou pela sobrecarga financeira pela compra de água mineral para consumo, já que as denúncias em relação à qualidade da água fornecida pela Cosanpa, tal como nos demais territórios visitados, se repetiram. Em entrevista, os moradores relataram anos de sofrimento com os alagamentos.

Figura 4 – Terra Firme

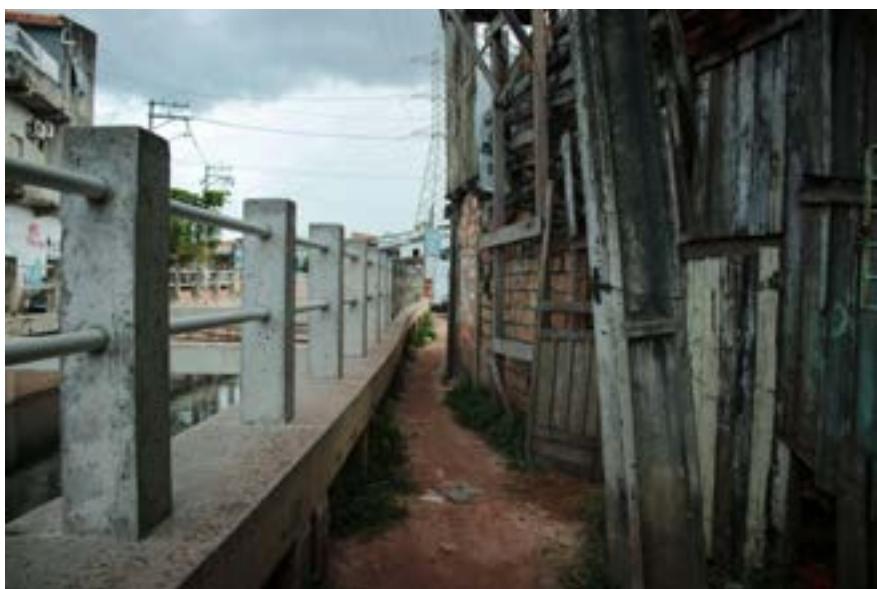


Fotografia: Hugo Chaves. Acervo Habitat Brasil

O território está no escopo do projeto de macrodrenagem iniciado em 2023 pelo Governo do Estado, que impacta cerca de 500 mil pessoas (AGÊNCIA PARÁ, 2024). O objetivo da macrodrenagem é retirar o excesso de água acumulada do solo para evitar alagamentos quando há chuvas intensas. Entretanto, não houve diálogo prévio com a população, de forma que as obras foram planejadas e iniciadas sem participação das organizações comunitárias na concepção do projeto que previu a remoção

de dezenas de casas, parcial ou totalmente. Dona Maria Nazaré é uma dessas moradoras, a qual teve sete metros de comprimento da sua casa comprometidos. Ela não sabe quanto receberá de indenização, se receberá nem quando, e revelou que não sabe o que fará da vida depois da remoção: “eu tenho 63 anos, meu marido quem construiu essa casa. Ele já faleceu, eu não tenho ninguém, como vou reconstruir? Eu não sei mexer com obra, não tenho dinheiro para pagar ninguém. Eu realmente não sei o que vou fazer da minha vida”.

Figura 5 – Terra Firme



Fotografia: Hugo Chaves. Acervo Habitat Brasil

## 5. Expedição pelo Rio Tucunduba

Organizada pela Mandí, a expedição pelo Rio Tucunduba passou por cinco bairros de Belém. A dinâmica político-pedagógica envolveu contar a história do rio, sua relação com a cidade, com os moradores e com o ecossistema, além de enfatizar a necessidade de obras públicas planejadas em conjunto com a população e com as organizações da sociedade civil.

O rio Tucunduba, que, por vezes, não é visto, por estar canalizado em percursos subterrâneos ou ser conhecido como um “valão”, pôde ser conhecido pelos integrantes da missão em todos os seus formatos. Assim, o curso do rio foi seguido, notando-o como parte integrante dos percursos realizados pelas pessoas e veículos, bem como dando espaço para se enxergar os pescadores transitando pelas áreas onde o rio é navegável.

O trajeto da missão passou: 1) pela nascente, que fica em uma propriedade privada, conhecida como “casa do Professor Paraguassu”, comprometido com a preservação; 2) pelo Canal da Cipriano, que é um dos afluentes do Tucunduba, chamado de “canal” pelo processo de ocupação da cidade, que retirou sua vegetação natural e passou a despejar o esgoto dos moradores; 3) pelas margens, onde ainda existem partes preservadas, com vegetação e solo naturais, sem tanta intervenção antrópica; 4) pela Ponte do Tucunduba, que divide duas paisagens diferentes – de um lado, pode-se ver o impacto da macrodrenagem e da construção de habitações às margens do rio e, do outro, a vegetação e as palafitas utilizadas como área de lazer; 5) pela foz do rio, quando as águas do Tucunduba se encontram com o rio Guamá e, juntas, chegam até o Rio Amazonas.

A Mandí atua há pelo menos três anos promovendo ações de pesquisa, educação e incidência política em prol da manutenção e da preservação dos rios urbanos, dos modos de vida criados nas suas margens e cursos e de uma cidade integrativa, e não segregadora. A organização explica por que as expedições pelos rios são fundamentais para pensar a cidade: “Nossa jornada parte dos rios, afinal eles são o coração da nossa cidade. São vida, fonte de renda, transporte, alimentação e até mesmo a nossa casa, o que faz de toda a cidade o nosso lar”.

Depois de quatro Missões pelo Direito à Água e ao Saneamento, em João Pessoa, Recife, Manaus e Belém, essa foi a última imersão dos integrantes da Comitiva Nacional de Incidência Política junto às organizações dos territórios. Enxergar o Rio Tucunduba pela cidade de Belém, sob condução da equipe da Mandí, foi perceber que, onde há água, há esperança. É possível dar vida aos rios – tanto por meio de políticas públicas para recuperação das águas poluídas, quanto pela memória que as pessoas carregam sobre suas relações com os fluxos d’água. Em determinado momento, foi perguntado por Camila, diretora de operações da Mandí: “se você fosse o rio, para onde iria?”. Além de animar o rio, o questionamento fez brotar uma nascente em cada um dos presentes. Como um rio, todas as organizações participantes das missões somaram esforços e, com certeza, nosso curso está seguindo rumo a um futuro possível para nós, para as águas e para as cidades.

## 6. Recomendações

Com base nas violações dos direitos de acesso à água e ao saneamento verificadas, recomenda-se que:

- Sejam reformadas as pontes sobre o Rio Mata Fome na comunidade Tapanã, incluindo a restauração dos canos que foram danificados pelas construções;
- Ocorra a construção de rede de abastecimento de água na Rua Brigadeiro Sechi, na comunidade Água Cristal, que não possui qualquer forma de captação e distribuição de água para os moradores;
- Seja implementada a tarifa social de forma permanente nas cobranças de água das comunidades Água Cristal, Marambaia e Terra Firme, considerando a vulnerabilidade socioeconômica dos moradores;
- Seja construída rede de esgoto subterrânea em todos os territórios mencionados, evitando o contato direto da população com os dejetos a céu aberto;
- Seja elaborado um plano estatal de reconstrução e ampliação para drenagem pluvial, esgotamento e abastecimento de água;
- Sejam os projetos de intervenção na infraestrutura da comunidade Terra Firme construídos em diálogo com a população e que não produzam mais violações de direitos – como as remoções forçadas sem reparação, a falta de informação sobre o futuro das residências e a falta de transparência sobre a execução dos projetos;
- Seja reparado pelo Estado, além das moradias, o Centro Comunitário Gabriel Pimenta, listado no planejamento de remoções das obras de macrodrenagem na Terra Firme, de modo que não deixe de existir, considerando sua relevância para o exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS

BACIAS hidrográficas. **Prefeitura de Belém**, s.d. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=18&conteudo=4756>.

CHACINA em Tapanã, no Pará, deixa 10 mortos. **Terra**, 30 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/chacina-em-tapana-no-pará-deixa-10-mortos,e844773937b83c7d1be7d30c662f195ebb7cblwo.html>. Acesso em: 10 jun.2024.

COM R\$ 5 bi em obras para COP 30, Pará promete entregas nos primeiros meses de 2025. **Exame**, São Paulo, 11 de mai. de 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-r-5-bi-em-obras-para-cop-30-para-promete-primeiras-entregas-nos-primeiros-meses-de-2025/>

EM BELÉM, Estado investe na macrodrenagem de canais e beneficia 500 milhabitantes. **Agência Pará**, Belém, 03 de mar. de 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/51946/em-belem-estado-investe-na-macrodrenagem-de-canais-e-beneficia-500-mil-habitantes>. Acesso em: 10 jul.2024.

ESTUDO revela violações dos direitos dos Avá-Guarani na construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. **Ministério Público Federal**, Brasília, 25 de abr. de 2019. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/estudo-revela-violacoes-dos-direitos-dos-ava-guarani-na-construcao-da-usina-hidreletrica-itaipu-binacional>. Acesso em:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

POLICIAL militar é baleado no bairro do Tapanã, em Belém. **G1**, Belém, 26 de jun. de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/23/policial-militar-e-baleado-no-bairro-do-tapana-em-belem.ghtml>. Acesso em: 10 jul.2024.

POVO Avá-Guarani é admitido em processo no STF contra Itaipu. **Comissão Guarani Yvyrupa**, São Paulo, 10 de mar. de 2023. Disponível em: <https://www.yvyrupa.org.br/2023/03/10/povo-ava-guarani-e-admitido-em-processo-no-stf-contra-itaipu/#:~:text=O%20povo%20Av%C3%A1%2DGuarani%20e%20a%20UHE%20Itaipu%20Binacional&text=Historicamente%2C%20esses%20grupos%20foram%20invisibilizados,dentre%20os%20quais%20a%20usina>. Acesso em: 10 jul.2024.

SEDE da Cúpula da Amazônia tem o 6º pior saneamento do Brasil. **Poder 360**, Brasília, 08 de ago. de 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-infra/infraestrutura/sede-da-cupula-da-amazonia-tem-o-6o-pior-saneamento-do-brasil/>. Acesso em: 10 jul.2024.

